

AS ELEIÇÕES ESPANHOLAS DE 14 DE MARÇO

Belén Barreiro

INTRODUÇÃO

As eleições de 14 de Março foram as mais dramáticas da história da democracia espanhola. Três dias antes de se realizar o acto eleitoral, um brutal atentado terrorista em Madrid ceifava a vida a mais de 190 pessoas, ferindo outras 1400. Tratava-se do atentado mais sangrento alguma vez ocorrido na Europa. Num primeiro momento, os meios de comunicação social imputaram a autoria dos assassinatos ao grupo terrorista ETA. Porém, os factos foram-se, pouco a pouco, esclarecendo. No dia do escrutínio, a organização terrorista Al-Qaida, responsável pelo atentado contra as Torres Gémeas, em 11 de Setembro de 2001, surgia no topo das suspeitas.

O ataque terrorista de quinta-feira 11 de Março marcou o final da campanha. Os partidos políticos suspenderam as suas actividades, mas o atentado tinha já deixado uma marca profunda. Volvidos treze dias de campanha, que decorreram num clima de normalidade absoluta, o país foi abalado nos derradeiros dois dias. Na sexta-feira, os cidadãos manifestaram maciçamente o seu repúdio à violência. No sábado, começaram os protestos. Em várias cidades espanholas, espontaneamente, centenas de pessoas concentraram-se frente às sedes do Partido Popular, exigindo do Governo informação sobre o sucedido. Durante uma conferência de imprensa, o porta-voz do PSOE, Alfredo Pérez Rubalcaba, também pediu ao executivo que fornecesse informação. Os meios de comunicação, tanto nacionais como internacionais, atribuíram o atentado à Al-Qaida, mas o Governo do PP teimou em não admitir que os autores não fossem membros da ETA. Finalmente, na noite de sábado, o ministro do Interior, Ángel Acebes, comunicou a detenção de vários indivíduos. O ministro não mencionou o nome da Al-Qaida, porém, nenhum dos detidos tinha nacionalidade espanhola. A ETA estava descartada. O serão não se ficou por ali. Enquanto as concentrações se prolongavam diante das sedes do PP, o candidato à presidência do Governo, Mariano Rajoy, salientou a ilegalidade de tais comícios e anunciou a intenção do seu partido vir a denunciar os manifestantes à Junta Eleitoral. Os cidadãos protestavam contra o Governo, e o Governo contra os cidadãos. Um dia insólito. Felizmente, o Domingo decorreu sem sobressaltos.

O BALANÇO ELEITORAL DE 14 DE MARÇO

Com um aumento da participação cifrado em 8,5 pontos percentuais relativamente às anteriores eleições, o PSOE saía vitorioso a 14 de Março (cf. quadro 1). Os socialistas conseguiam quase 11 milhões de votos, ou seja, 42,6 por cento do eleitorado, e 164 assentos no Congresso dos Deputados, menos 12 do que a maioria absoluta. A progressão do PSOE em relação às anteriores eleições foi espectacular: um acréscimo de três milhões de votos, quase 9 pontos percentuais a mais, e 39 lugares a somar aos 125 que já ocupavam.

Quadro 1 > Resultados nacionais relativos às eleições de 2004 e 2000

Siglas	Eleições 2004		Eleições 2000	
	% voto	Deputados	% voto	Deputados
PSOE	42,6	164	34,2	125
PP	37,6	148	44,5	183
IU	5	5	6	9
CiU	3,2	10	4,2	15
ERC	2,5	8	0,8	1
EAJ-PNV	1,6	7	1,5	7
CC	0,9	3	1,1	4
BNG	0,8	2	1,3	3
CHA	0,4	1	0,3	1
EA	0,3	1	0,4	1
Na-Bai	0,2	1	-	-
PA	0,7	-	0,9	1
Outros	9,2		4,8	
Total	100	350	100	350

Fonte: Ministério do Interior espanhol.

As eleições de 14 de Março alteraram drasticamente a situação política do PP; passava para a oposição depois de ter gozado de uma maioria absoluta no Congresso e perdia, ao todo, 35 assentos parlamentares. Todavia, a evolução da votação neste partido mostra que as eleições de 2004 não significaram um retrocesso eleitoral profundo para os populares (cf. quadro 2). O PP perdeu pouco mais de meio milhão de votos nas últimas eleições, obtendo o segundo melhor resultado da sua história, atendendo ao número de votos arrecadados, quase 9,8 milhões, e o terceiro melhor em percentagem de votos. Pelo que as eleições de 2004 constituíram um acto eleitoral mercê do qual o PSOE chegou ao poder, mais em virtude do seu próprio avanço eleitoral do que pelo retrocesso do PP.

Quadro 2 > Evolução da votação no PP: 1982-2004

	Votos	% votos	Diferença PSOE
2004	9 763 144	37,7	-4,9
2000	10 321 178	44,5	10,3
1996	9 716 006	38,8	1,2
1993	8 201 463	34,8	-4
1989	5 285 972	25,8	-13,8
1986	5 247 677	26	-18
1982	5 548 107	26,4	-21,7

Fonte: Ministério do Interior espanhol.

As eleições transformaram igualmente o equilíbrio de forças ao nível dos partidos políticos com menor peso no Parlamento. No quadro deste acto eleitoral, produziu-se uma concentração significativa de votos a favor das principais forças políticas: uma coordenação «vinda de baixo», tal como destacou Josep María Colomer¹. A entrada para o Parlamento do Na-Bai (Nafarroa-Bai) e a subida do partido nacionalista de esquerda, Ezquerra Republicana de Catalunya (ERC) foram as únicas excepções.

De igual modo, foi notório o aumento da participação nas eleições de Março de 2004. A afluência às urnas foi elevada comparativamente à que se registou nas eleições anteriores (69 por cento, a segunda taxa mais baixa desde os primórdios da democracia). Em Espanha, no período 1977-2000, verificou-se uma taxa de participação média de 74 por cento. Com uma participação cifrada em 77 por cento nestas eleições, deu-se um desvio de três pontos em relação à média, sendo que a participação foi superior nos anos de 1982 (80 por cento) e 1977 (79 por cento), e semelhante em 1993 e 1996.

Ao fim ao cabo, as eleições de 14 de Março abriram uma nova etapa para a democracia em Espanha. Com a vitória do PSOE alterou-se o sinal ideológico do partido no Governo. Os 164 deputados outorgaram ao partido vencedor uma maioria relativa, o que obrigou os socialistas a encontrar apoio parlamentar junto de outras forças políticas. Além disso, o PP não perdeu a sua maioria no Senado, abrindo-se assim uma fase de revitalização obrigatória do Parlamento.

O ATENTADO DE 11 DE MARÇO

Estas não foram as primeiras eleições salpicadas de sangue. O grupo terrorista ETA matou no decurso de várias campanhas. Em 2000, a ETA assassinou Fernando Buesa, dirigente socialista basco, em 1996, o socialista Fernando Múgica, e em 1993, Francisco Tomás y Valiente, à época Presidente do Tribunal Constitucional. Porém, nenhum atentado foi tão sangrento como o 11 de Março. Aliás, não se imputou a nenhuma capacidade para mudar o curso da história.

Muitos foram aqueles que atribuíram a reviravolta eleitoral das passadas eleições gerais ao trágico atentado. Os cidadãos dispuseram-se a votar perante o terror. É legítimo

pensar que um acontecimento deste calibre, por força das circunstâncias, possa ter condicionado o clima eleitoral. O Governo do PP assim acreditou, pois de outra forma não se explica a sua resistência em admitir que o atentado não haja sido perpetrado pela ETA. Nas últimas horas de campanha, a autoria do crime tornara-se para o PP num assunto crucial. Durante o mandato de José María Aznar, a luta contra o terrorismo etarra convertera-se, a par do suposto «milagre económico», num componente essencial do lema: «Espanha va bien»*. Se a ETA era responsável pela chacina, o novo líder do PP, Mariano Rajoy, e a sua equipa representavam a melhor opção para fazer frente à barbárie. Nesta ocasião, o número de vítimas era bem superior ao de anteriores atentados: num só dia faleciam 20 por cento dos mortos associados a trinta anos de terrorismo. Mas ninguém, na plena posse do seu juízo, iria culpar o Governo pelo massacre. A ETA estava mais debilitada do que nunca e o atentado podia perfeitamente ser interpretado como o derradeiro golpe da organização. Não é por acaso que um dos artigos de opinião publicados no diário *El País* se intitulasse: «A ETA mata e suicida-se».

Contudo, a possibilidade de os autores não serem etarras mas sim islamistas, fazia cambalear a esperada vitória do PP. Em Março de 2003, o Governo arrastou a Espanha para a Guerra do Iraque, mau grado a oposição de quase todos, partidos e cidadãos.

O BALANÇO QUE OS CIDADÃOS FARIAM DA LEGISLATURA ENCAIXAVA PERFEITAMENTE, E COM SURPRESA, NA MEMÓRIA DE UM PASSADO RECENTE: «AS TORRES GÉMEAS, A AL-QAIDA, O IRAQUE, A GUERRA». OS ELEITORES AINDA PODIAM COBRAR.

60 por cento dos espanhóis avaliavam negativamente a posição do Executivo na crise do Iraque, e 91 por cento manifestavam-se contra uma possível intervenção militar. Aznar entrou na guerra com o país em desacordo. Mas nessa altura, ainda faltava um ano até às eleições. O 11-M ia representar um retrocesso. O balanço que

os cidadãos fariam da legislatura encaixava perfeitamente, e com surpresa, na memória de um passado recente: «as Torres Gémeas, a Al-Qaida, o Iraque, a guerra». Os eleitores ainda podiam cobrar.

Só um raciocínio deste género pode explicar que, enquanto meios de informação nacionais e internacionais centravam as suas suspeitas na Al-Qaida, o Governo olhasse para outro lado e teimasse na autoria da ETA². O erro de Aznar e da sua equipa salta à vista. A falta de transparência não se referia a um assunto qualquer: o atentado não só acabava de afectar o país na sua alma, como deixava suspensos cidadãos e políticos de meio mundo. Como é possível erro tão crasso? Como é possível que o Governo do PP não se desse conta que neste trágico episódio não cabiam silêncio, manipulação ou evasivas? O PP é uma organização terrivelmente hierarquizada. A demonstração mais nítida do carácter do partido reflectiu-se na eleição do candidato à presidência do Governo no âmbito das eleições de 14 de Março. O processo de selecção do novo líder configura o

* N. da T. – «A Espanha está de boa saúde».

funcionamento interno do PP: Rajoy sucedeu a Aznar porque Aznar assim o quis. Em si, não há mal nenhum nisso, não necessariamente, pelo menos. Os partidos são organizações com capacidade para determinar as suas próprias regras. Uns optam por umas, outros escolhem outras. Paradoxalmente, ou não, os eleitores preferem partidos com pouca democracia interna. Os partidos autoritários apresentam virtudes indiscutíveis: são organizações mais unidas. A coesão interna facilita a vida do eleitor. Um partido unido tem maior capacidade para articular uma mensagem única. O votante capta melhor as suas intenções. Além do mais, a hierarquia confere mais capacidade a uma organização. Não se gasta energia em conflitos, e há poucas resistências internas. Partidos coesos significam partidos melhor apetrechados para a luta eleitoral. Os estudos de ciência política mostram que os cidadãos premeiam a unidade interna dos partidos³. Todavia, uma estrutura excessivamente centralizada pode virar-se contra o próprio partido que a tolera. A hierarquia interna dificulta o debate, a crítica e, por conseguinte, a articulação de contrapesos. Num partido autoritário, joga-se tudo com uma cartada, a do líder. Se o líder se engana, existe pouca margem para rectificações. Não há vozes internas em contraposição tal como não há núcleos com capacidade para filtrar, deter ou conter o erro. Quando o dirigente mete água, o barco afunda-se.

Houve um tempo em que o modelo hierarquizado do PP deu ao partido uma posição de vantagem na contenda eleitoral. É possível que essa mesma centralização tenha minguado a capacidade de os dirigentes do PP reagirem adequadamente perante os acontecimentos do 11-M. Os populares, trancados num *bunker*, não se ativeram sobre as razões. Foi a própria hierarquia do partido que os cegou.

A reacção do Governo popular perante o atentado é mais transcendente do que possa parecer à primeira vista. Em diversos meios de comunicação argumentou-se que, em si, a tragédia alterou o sentido de voto de alguns cidadãos. Combalidos diante do horror, os espanhóis inclinaram-se a favor da mudança. Não se percebe, no entanto, o mecanismo subjacente a esta explicação. Inclusive, existem mais motivos para pensar que o terror não suscita um desejo de mudança, antes pelo contrário. Face a uma tragédia deste calibre, os cidadãos podem agarrar-se ao *statu quo* e desviar-se da aventura, por muito sossegada que se afigure. Foi igualmente sugerido que as eleições teriam um vencedor distinto consoante a autoria do crime. Existem razões para pensar que este foi o raciocínio do Governo e, porventura, também da oposição. Se a ETA fosse responsável, ganhava o PP. Se o atentado tivesse sido perpetrado por islamistas, o PP perdia. É impossível saber o que teria acontecido se as coisas tivessem conhecido outro rumo, mas há motivos para pensar que nem o exorbitante número de vítimas, nem o nome da organização criminosa tornavam inevitável um determinado resultado. O PP poderia ter limitado as suas perdas, ou o PSOE poderia ter ganho com menos vantagem, caso o Governo tivesse reagido adequadamente nos dias subsequentes à carnificina.

As tragédias produzidas pelas acções terroristas têm apenas um único culpado: quem as leva a cabo. Esta evidência é devidamente percebida pelos cidadãos. Estudos sobre voto

e terrorismo revelam que os cidadãos não responsabilizam os governos por atentados⁴. Em Espanha, o voto no PSOE nunca dependeu do modo como os cidadãos percepcionavam o terrorismo. A ETA matava mas os eleitores não responsabilizavam o Governo por essas mortes: a apreciação valorativa dos governos e o voto dos cidadãos variam à margem do terrorismo.

Contudo, as mesmas pesquisas mostram que os cidadãos são muito sensíveis às reacções dos governos perante assuntos de que não são responsáveis. O exemplo mais puro é-nos dado pelos escândalos de corrupção. É sensato pensar que um governo não é responsável pelo aparecimento de corruptos no seu partido. Em contrapartida, tem a responsabilidade de saber ter mão, em tempo útil, nos responsáveis do escândalo: uma boa reacção neste caso passa por induzir a demissões. Os cidadãos não castigam através do seu voto a corrupção, mas sim a ausência de reacção face à sua existência. É este mesmo paralelismo que se pode estabelecer com o terrorismo. Os eleitores não

QUANDO AS DEMOCRACIAS SÃO SACUDIDAS
POR DESGRAÇAS IMPREVISÍVEIS E EXCEPCIONAIS,
OS CIDADÃOS PODEM REAGIR INDO ÀS URNAS.

penalizam os atentados, mas sim a reacção aos mesmos. Segundo dados do Instituto Opina, os espanhóis apreciaram negativamente o comportamento do Governo do PP perante o massacre: 60 por cento dos

inquiridos consideraram que o Executivo não tinha informado cabalmente quanto à autoria dos crimes, nem sequer divulgado toda a informação disponível.

Afinal, o atentado de 11 de Março pode ter-se repercutido nos níveis de participação eleitoral. É possível que pessoas, que noutras ocasiões se teriam absterido, tivessem optado por não o fazer, mostrando assim a sua repulsa pela violência e o seu apoio ao sistema democrático. Quando as democracias são sacudidas por desgraças imprevisíveis e excepcionais, os cidadãos podem reagir indo às urnas.

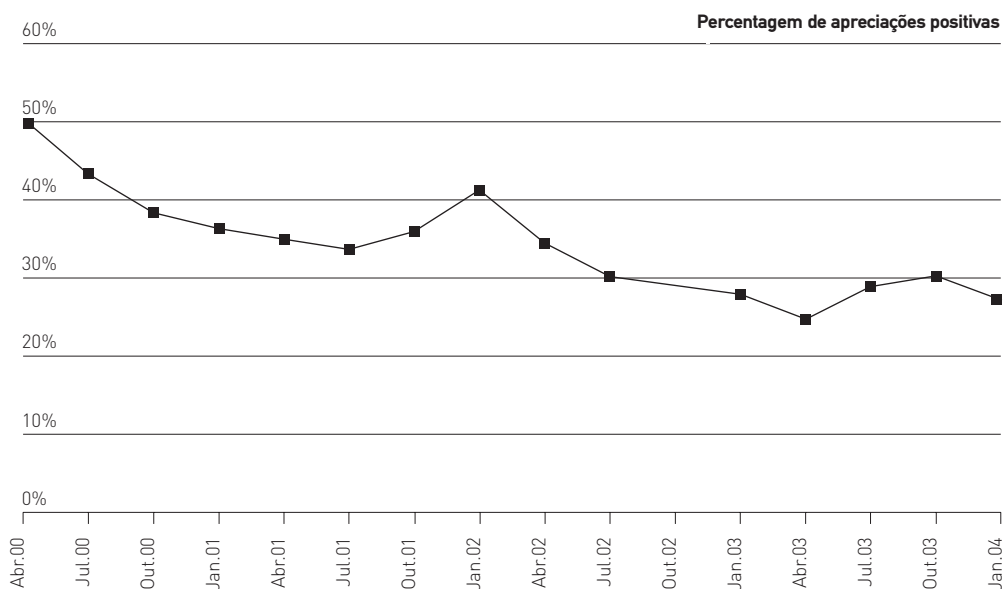
ANTES DO 11-M: OS EFEITOS DA ACÇÃO DO GOVERNO NA VOTAÇÃO NO PP

As eleições representam o ensejo, por excelência, em que políticos e votantes fazem o balanço do sucedido durante os anos de governação. Supõe fixar o olhar no presente, mas implica deitar uma olhadela para trás e imaginar como será o futuro. Os partidos destacam os seus pontos fortes e dissimulam as suas fraquezas, enquanto os eleitores vão juntando sinais e pistas que, nalguns casos, servirão para alicerçar a sua opção de voto. As campanhas constituem o cenário em que se cruzam uns e outros, partidos que concorrem entre si e votantes que têm de tomar uma decisão. Neste processo, a avaliação do Governo e das suas políticas é um elemento que não passa em claro. Os cidadãos, especialmente aqueles que não têm uma forte identificação com um partido político, qualquer que ele seja, centrarão a sua atenção no modo como o Executivo agiu e perguntar-se-ão se as coisas não poderiam ter sido realizadas melhor.

Ao longo da legislatura de 2000-2004, o Governo sofreu de uma perda constante de popularidade. Em Abril de 2000, 49 por cento dos cidadãos avaliava positivamente a

gestão do PP. Em Janeiro-Fevereiro de 2004, a percentagem daqueles que aprovavam a gestão do Governo tinha baixado 22 pontos. A tendência para a quebra de popularidade do PP só apresenta duas excepções: uma em Janeiro de 2002, outra entre Julho e Outubro de 2003.

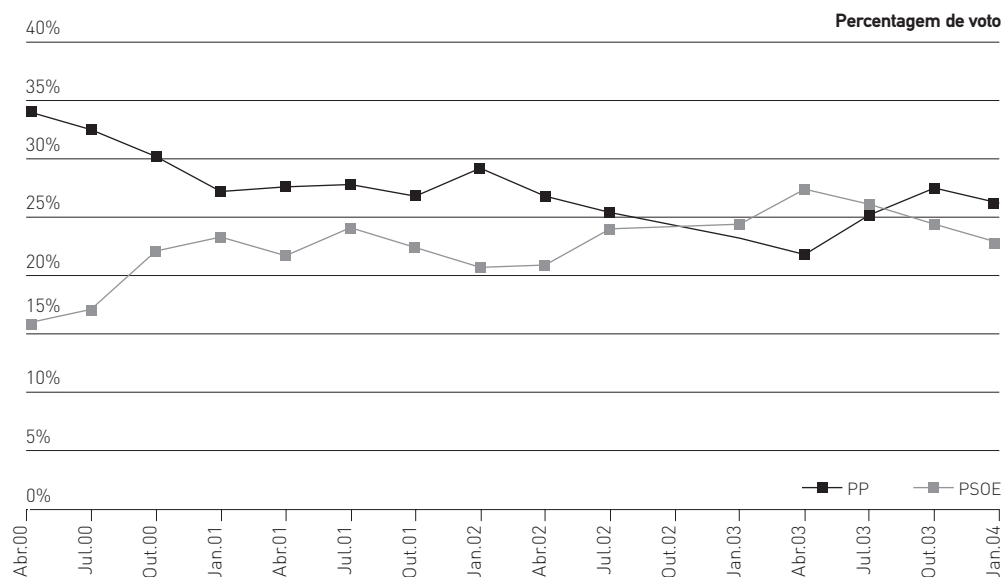
Gráfico 1 > Apreciação valorativa do Governo do PP: 2000-2004



Fonte: Centro de Investigaciones Sociológicas.

O decréscimo de popularidade do Governo ao longo da legislatura confirma-se também pela queda do voto potencial no PP. O gráfico 2 apresenta a intenção de voto directa ou bruta, sem estimativas posteriores. Entre Abril de 2000 e Janeiro de 2004, a intenção de voto no partido do Governo desce oito pontos percentuais. A tendência para baixar é constante, com duas únicas excepções (Janeiro de 2002 e Julho de 2003). Pelo contrário, a intenção de voto no PSOE aumenta sete pontos ao longo destes quatro anos. Em Abril de 2000, 16 por cento dos inquiridos afirmava que votaria nos socialistas caso se disputassem eleições gerais, ao passo que no final da legislatura essa taxa atingia os 23 por cento. Consequentemente, o diferencial da intenção de voto entre o PP e o PSOE reduziu-se em cerca de 15 pontos em quatro anos. Antes do início da campanha, os populares tinham uma vantagem de três pontos sobre os socialistas. Além de que se, em vez da intenção bruta, considerarmos como indicador a intenção de voto corrigida por simpatia partidária, a diferença fica reduzida a um único ponto, o que à partida indica uma situação de empate técnico na campanha eleitoral.

Gráfico 2 > Intenções de voto no PP e no PSOE: 2000-2004



Fonte: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Não obstante, no decurso desses anos o Governo do PP granjeou êxitos de monta, que os cidadãos não descuuraram. A economia cresceu acima da média europeia. Cumpriu-se uma política de equilíbrio orçamental. O desemprego, que em 1995 afectava 23 por cento da população activa, baixou 12 pontos. As vítimas do terrorismo passaram de 20 em 2000, para 25 em 2001, cinco em 2002, e três em 2003. Desde Maio desse mesmo ano, a ETA não tinha voltado a ceifar vidas.

Se, por intermédio do seu voto, os cidadãos emitem um juízo sobre o balanço da actividade governativa, numa certa perspectiva o PP deveria ter ganho as eleições. Para os espanhóis, os problemas de maior envergadura do país são, desde há muito, o desemprego e o terrorismo, campos em que o PP colheu êxitos objectivos durante esses anos. Os resultados nas áreas que mais preocupavam os cidadãos – economia e terrorismo – serviram ao PP de caução para uma estratégia assente quase exclusivamente no êxito da gestão, perante um país que continuava a declarar-se maioritariamente de centro-esquerda. Esta estratégia não foi claramente suficiente, embora tivesse sido bem sucedida. Dois meses antes das eleições, 50 por cento dos cidadãos manifestavam que o Governo do PP tinha revelado eficácia ao longo da legislatura. Apesar do Governo registar uma perda de popularidade, os dados do inquérito realizado pelo Instituto Opina no último trimestre de 2003 e nos inícios de 2004 mostram que o PP era visto como o melhor partido para lidar com assuntos tão cruciais como a economia e a segurança. Os espanhóis continuavam, além disso, a considerar que os populares eram mais capazes e representavam a opção mais segura.

À luz do quadro 3, o PP ganhava ao PSOE, estando o partido melhor colocado nas questões seguintes: corrupção, crescimento económico, emprego, segurança dos cidadãos (apesar de 51 por cento dos cidadãos declararem estar insatisfeito com essa mesma segurança), infra-estruturas, impostos, política das autonomias, e, até, estabilidade do emprego, pese embora a precariedade laboral não ter melhorado durante a sua gestão. Da comparação entre partidos, ficava também patente que os cidadãos atribuíam ao PP maior fiabilidade e coesão do que ao PSOE. De igual modo, os espanhóis consideravam que o candidato do PP à presidência do Governo, Mariano Rajoy, tinha mais preparação e maior capacidade de trabalho do que Rodríguez Zapatero.

Quadro 3 > Questões em que os cidadãos colocavam o PP acima do PSOE

	PP	PSOE	Diferença
Políticas			
Terrorismo	42	22	20
Crescimento económico	47	33	14
Emprego	42	29	13
Segurança dos cidadãos	36	25	11
Promoção de infra-estruturas	38	30	8
Corrupção	34	26	8
Política fiscal	38	32	6
Política das autonomias	32	31	1
Estabilidade no emprego	34	33	1
Partidos			
Fiabilidade	41	31	10
Coesão	59	17	42
Candidatos			
Preparação	51	20	31
Capacidade de trabalho	39	23	16

Fonte: Opina para o «Pulsómetro» [25-9-2003; 26-1-2004].

Tendo em conta os êxitos granjeados em termos de gestão, economia e terrorismo, por que terá o PP perdido a eleição? A que corresponde a descida da sua popularidade ao longo da legislatura? A análise do intervalo 2000-2004 revela pelo menos três questões: (i) os espanhóis foram percebendo que o PP não representava a melhor opção para fazer frente a novos problemas sociais, como a habitação ou a imigração; (ii) os cidadãos foram revelando maior confiança no PSOE do que no PP quanto à melhoria das políticas sociais e dos serviços públicos; e (iii) o Governo do PP adoptou um estilo de governação que os cidadãos entenderam ser pouco democrático, frente a uma oposição que mostrava muito mais garra.

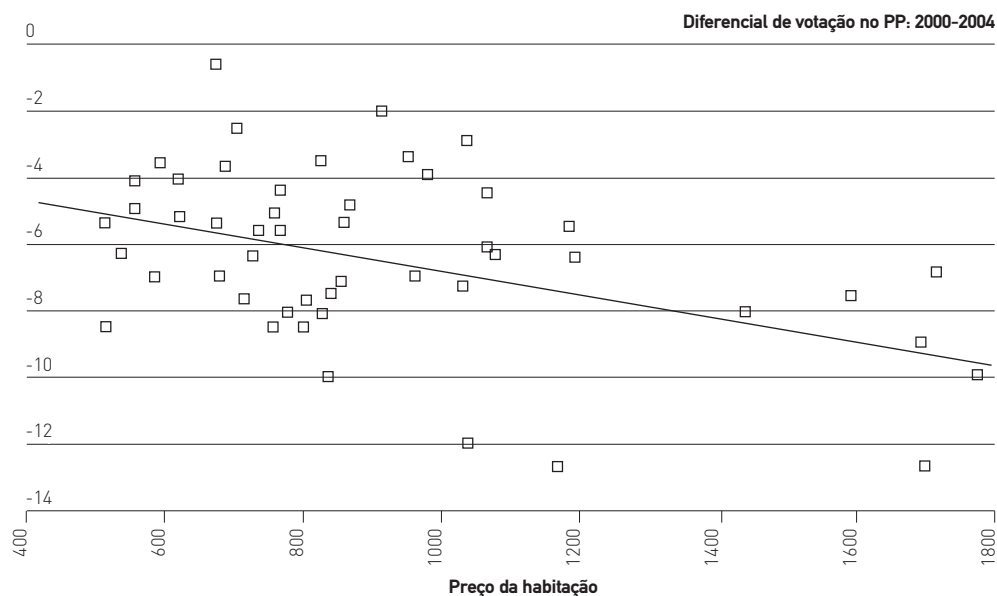
Ao longo do seu mandato, o PP defrontou-se com novos problemas sociais. Tratava-se de problemas complexos, com causas inerentes a múltiplas ocorrências e nem sempre controláveis, e que surgiam de forma pouco previsível, relacionados com habitação e imigração.

Desde finais dos anos 90, registou-se em Espanha um boom imobiliário, que serviu de motor ao crescimento da economia. De 1999 a 2003, duplicou o número de fogos cuja construção se iniciou, comparativamente à média relativa ao período 1980-1998. Além disso, assistiu-se à explosão dos preços da habitação, em termos reais, nos anos de governação PP, tanto que se falou em «bolha imobiliária». Entre 1996 e 2003, o preço por metro quadrado aumentou 115 por cento. Esta subida repercutiu-se de chofre na economia dos agregados familiares que, em média, destinam 42 por cento do seu rendimento à habitação. Nas grandes cidades como Madrid, onde o metro quadrado supera os 2000 euros, a compra de um andar chega a absorver 60 por cento do rendimento de uma família.

A percepção de que o problema da habitação assumia grandes proporções para os espanhóis ficou bem clara nos inquéritos do Centro de Investigaciones Sociológicas. Enquanto em Dezembro de 2000, apenas três por cento dos cidadãos considerava a habitação como sendo um problema em Espanha, em Janeiro de 2004, a habitação tinha-se transformado no quarto problema do país, a seguir ao desemprego, ao terrorismo da ETA e à insegurança dos cidadãos. Entre os inquiridos, 20 por cento acreditavam ser esse um dos problemas fundamentais. Ainda por cima, o Governo do PP estava a perder credibilidade atendendo às suas promessas eleitorais sobre política habitacional. Segundo dados do Instituto Opina, durante a pré-campanha, 60 por cento dos cidadãos não davam crédito à promessa eleitoral do PP, i.e. construir 900 mil fogos em quatro anos.

O gráfico 3 mostra o efeito do valor da habitação por províncias na queda do voto no PP entre 2000 e 2004. A análise abarca as cinquenta províncias espanholas. Cada ponto do gráfico representa uma província. O eixo horizontal representa o preço da habitação e o eixo vertical o diferencial de votação no PP entre as duas últimas eleições. A curva que atravessa o gráfico indica que quanto mais cara é a habitação, maiores são as perdas eleitorais dos populares. A correlação entre ambas as variáveis é estatisticamente significativa e não é ténue (com um coeficiente de correlação de 0,5). Além disso, a relação mantém-se inclusive quando se levam em conta outras variáveis, como o rendimento das províncias. É possível que a «bolha» imobiliária seja, em parte, responsável pelo retrocesso eleitoral do partido em determinadas circunscrições, como por exemplo Madrid.

Gráfico 3 > Queda do voto no PP em 2004 em função do preço da habitação por província



A imigração constituiu outro dos assuntos em relação aos quais os cidadãos tinham a percepção de que se poderiam alcançar melhores soluções com o PSOE. Se em Setembro de 2003, os espanhóis estavam divididos entre os 36 por cento que consideravam que o PP teria melhor actuação nesse campo do que o seu contendor e outros 36 por cento acreditavam que o PSOE representava uma alternativa melhor, em Janeiro de 2004 os socialistas tinham uma vantagem de quatro pontos sobre os populares.

A DETERIORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Após vários anos de Governo do PP, a política de défice «zero» começou a mostrar os seus efeitos ao nível da deterioração dos serviços públicos. Deterioração essa que era, em certa medida, inevitável, visto não constituir senão o custo associado à opção ideológica do Governo. Em Setembro de 2003, 58 por cento dos cidadãos afirmavam não estar satisfeitos com a educação em Espanha, e 66 por cento pensavam que o Governo do PP tinha apostado num modelo de educação privada e convencionada. Para além disso, como se vê no quadro 4, se, em 2000, os cidadãos consideravam ser o PP o melhor partido, até para lidar com questões como a saúde e a educação, em 2003-2004, o PSOE era visto como o mais capaz na defesa das políticas sociais, mormente saúde e educação. Em relação aos serviços públicos, os cidadãos mostravam-se especialmente insatisfeitos com o funcionamento da justiça, tal como o indicavam três espanhóis em cada quatro em Outubro de 2003. Seis em 10 pessoas entendiam que o Governo não tinha investido o suficiente. E, ainda, como se vê no quadro abaixo, o PSOE representava a melhor opção para promover a cultura.

Quadro 4 > Políticas em relação às quais os cidadãos acreditam que o PSOE teria melhor desempenho do que o PP

	PP	PSOE	Diferencial
Preços de habitação mais acessíveis	16	43	-27
Educação pública	25	48	-23
Saúde pública	30	40	-10
Promoção da cultura	29	43	-14
Melhor gestão da imigração	29	33	-4

Fonte: Opina para o «Pulsómetro» [26-1-2004].

O «ESTILO DE GOVERNO»

Em Janeiro de 2004, após quatro anos de Governo do PP, e apesar dos inegáveis resultados obtidos em certos campos, as opiniões dos espanhóis quanto ao «estilo de governação» do PP eram negativas: 64 por cento dos inquiridos afirmavam ter abusado da sua maioria absoluta; 73 por cento consideravam ter-se revelado autoritário; 59 por cento não o achavam aberto ao diálogo; e 54 por cento pensavam não ter governado de forma tolerante. O «estilo de Governo» constituiu o erro mais evitável.

O «estilo de Governo» do PP tinha ficado patente ao longo da legislatura em diferentes actuações. O Governo do PP tomou decisões relevantes contra a opinião pública, como no caso da guerra do Iraque. De igual modo, o Governo do PP actuou com pouca transparência. Por exemplo, no rescaldo da greve geral de Junho de 2002, Urdaci, que dirigia os serviços informativos da televisão pública foi acusado, e posteriormente condenado, de manipular a informação emitida sobre o acontecimento. Em vésperas das eleições gerais, 65 por cento dos cidadãos qualificavam de incorrecta a decisão de manter Urdaci na chefia dos noticiários. O Governo do PP reagiu também de forma pouco transparente perante o desastre do Yak-42* e do Prestige. Em Janeiro de 2003, 49 por cento qualificavam como má ou muito má a actuação do Governo, contra 17 por cento que dizia ter sido boa ou muito boa. O estilo de Governo do PP, na sua segunda legislatura, baseou-se também na depreciação e desqualificação do adversário. Embora o PSOE tenha sido a vítima principal, também foram alvo os partidos nacionalistas, as organizações sociais e os próprios cidadãos, que o Governo censurou de radicalismo na sequência de diversos protestos durante a legislatura, quer fossem protestos estudantis ou manifestações contra a guerra do Iraque. A reacção do PP perante o 11-M constituiu a derradeira manifestação de um mau estilo de Governo.

Ao fim e ao cabo, o Governo do PP foi ficando menos popular no decurso destes últimos quatro anos. Os cidadãos foram considerando a gestão do Executivo cada vez pior, e a intenção de voto no partido foi diminuindo. Quando começou a campanha eleitoral de 2004, a vantagem do PP em relação ao PSOE era relativamente pequena. A campanha, muito centrada no ataque ao partido concorrente, não travou a descida da popularidade do partido no Governo.

* N. da T. – Acidente de avião ocorrido em 23 de Fevereiro de 2004, na Turquia, em que faleceram 62 militares espanhóis.

CHAVES DA VITÓRIA SOCIALISTA

Ao longo da legislatura, as intenções de voto no PSOE foram crescendo. Em Abril de 2000, somente 16 por cento dos inquiridos teria optado por este partido caso houvesse eleições gerais. Volvidos praticamente quatro anos, à luz do inquérito pré-eleitoral do CIS – Centro de Investigaciones Sociológicas 23 por cento dos cidadãos estavam dispostos a votar nos socialistas. Em termos de intenção directa, o PSOE recuperou sete pontos em quatro anos. A intenção de voto corrigida por simpatia partidária aponta uma recuperação ainda maior: na Primavera de 2000, 19 por cento afirmavam que votariam PSOE. Em Janeiro-Fevereiro de 2004, essa percentagem atingia os 30 por cento, ou seja, uma subida de 11 pontos.

Além disso, este inquérito pré-eleitoral mostra que, apesar da ligeira vantagem relativamente à intenção directa de voto no PP, mais espanhóis preferiam a vitória do PSOE à do PP: 34 por cento contra 32 por cento, respectivamente. De igual modo, quando se perguntava aos cidadãos quem preferiam para presidir ao Governo, 34 por cento declaravam ser a favor de Zapatero, e 33 por cento optavam por Rajoy.

A evolução ideológica do eleitorado reflecte também uma transformação nas preferências dos espanhóis. Em termos gerais, as médias ideológicas mostraram ser muitíssimo estáveis nestes anos de democracia. É certo que, em determinados momentos, ocorrem pequenas variações que se podem interpretar como sinais do ânimo dos cidadãos. Neste sentido, observa-se que, em Abril de 2000, a média se situava no nível cinco numa escala ideológica de um (extrema-esquerda) a dez (extrema-direita). Passados quatro anos, a média estava em 4,8. Nesses anos de governação PP, os espanhóis deslocaram-se ligeiramente para a esquerda.

Contudo, nem a crescente intenção de voto no PSOE, nem as preferências a favor de um Governo socialista, encabeçado por Zapatero, nem o leve movimento para a esquerda entre os inquiridos, se reflectiram fielmente na apreciação valorativa feita à oposição. Tal como se observa no gráfico 4, as avaliações positivas do PSOE não superaram os 30 por cento (Abril de 2003), enquanto aquelas relativas ao Governo do PP ultrapassaram em várias alturas os 40 por cento. Em termos relativos, as opiniões dos espanhóis sobre o PSOE estavam longe de ser muito boas, embora essa seja uma avaliação recorrente quanto aos diferentes partidos na oposição ao longo da democracia.

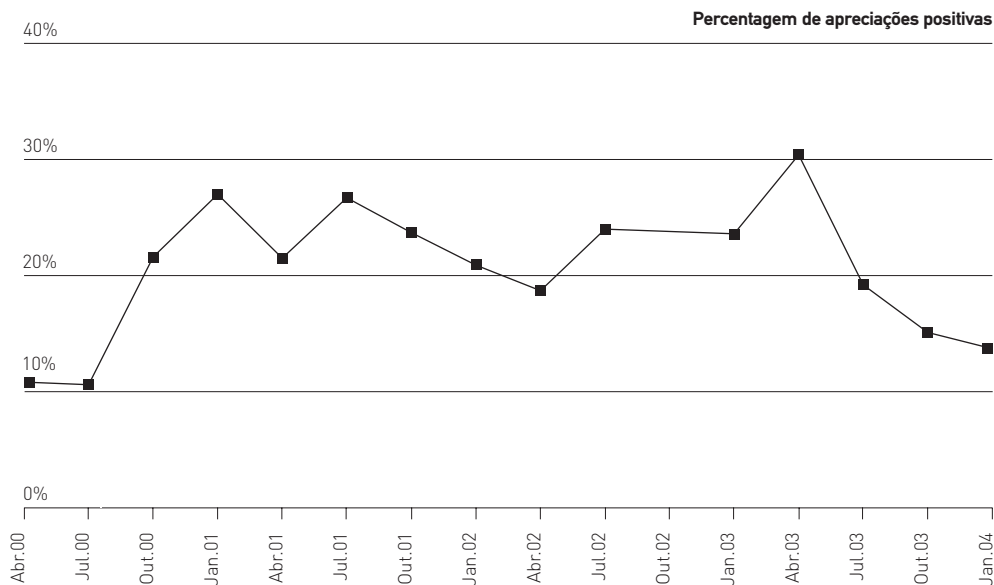
EM TERMOS RELATIVOS, AS OPINIÕES DOS ESPANHÓIS SOBRE O PSOE ESTAVAM LONGE DE SER MUITO BOAS, EMBORA ESSA SEJA UMA AVALIAÇÃO RECORRENTE QUANTO AOS DIFERENTES PARTIDOS NA OPOSIÇÃO AO LONGO DA DEMOCRACIA.

As apreciações positivas do PSOE mostram uma evolução variável, mas tendencialmente ascendente, pois na Primavera de 2000 apenas 11 por cento dos espanhóis tinham boa opinião da oposição, ao passo que em Abril de 2003 a percentagem atinge os 30. De Abril a Dezembro de 2003, as apreciações positivas caem a pique, embora se estabilizem no fim do ano. A descida mais aguda produziu-se entre a Primavera e o Verão, durante a crise de Madrid desencadeada pelas eleições autonómicas e municipais de 25 de Maio de

2003. O PSOE arrebatou a vitória nesses escrutínios. No entanto, quando a coligação PSOE – IU se dispunha a formar Governo, dois trânsfugas socialistas retiraram o seu apoio na votação de investidura. A crise de Madrid, na base da qual subjazia um esquema de corrupção regional que envolveu políticos e empresários do sector da construção, permitiu ao PP manter-se no Governo da comunidade.

Em termos gerais, no decurso da democracia as avaliações feitas acerca dos governos e dos partidos da oposição tendem a ser más. Entre 1986 e 1996, durante do mandato socialista, a gestão dos governos não foi avalizada em nenhum dos dois anos eleitorais, e num único inquérito pré-eleitoral em que se pedia para valorar a oposição popular, correspondente ao ano de 1993, o PP obteve uma qualificação semelhante à do PSOE. Os cidadãos tendem a mostrar-se críticos quando interrogados acerca das actuações dos partidos, independentemente da sua decisão final de voto. Contudo, o Governo do PP conseguiu transmitir melhor imagem do que a oposição socialista. Os populares tiveram um certo êxito na tentativa continuada de aparecer como uma boa equipa de gestores. Por outro lado, é possível que a frágil coesão do PSOE impedisse uma melhor imagem do partido. Os partidos internamente pouco autoritários não agradam.

Gráfico 4 > Apreciação valorativa da oposição do PSOE: 2000-2004



Fonte: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Em suma, ao longo da legislatura, os cidadãos foram mostrando uma vontade crescente de mudança. Esta vontade ficou reflectida numa crescente intenção de voto a favor dos socialistas e na preferência por um Governo presidido por Zapatero, mas não na

valorização do PSOE, que, após uma melhoria, caiu a pique na senda da crise de Madrid. Contudo, o desejo de mudança acabou por se impor à imagem pouco positiva que os espanhóis tinham do partido.

De onde surgem então os três novos milhões de votantes no PSOE? Lamentavelmente, o inquérito pós-eleitoral do Centro de Investigaciones Sociológicas não inclui uma pergunta sobre registo de voto relativamente às eleições de 2000, pelo que não é possível conhecer qual a origem dos novos votantes socialistas. Isso não invalida que se debata a questão com base em hipóteses razoáveis e se possam aduzir alguns dados a esse respeito. Parece sensato apontar quatro possibilidades, tendo todas elas podido verificar-se em simultâneo:

1. Os novos votantes no PSOE são antigos abstencionistas;
2. Os novos votantes no PSOE são eleitores que exercem pela primeira vez o seu direito de voto;
3. Os novos votantes no PSOE são antigos votantes ou votantes potenciais da IU (Esquerda Unida);
4. Os novos votantes no PSOE são votantes flutuantes.

OS NOVOS VOTANTES NO PSOE SÃO ANTIGOS ABSTENCIONISTAS

É bastante provável que uma parte dos novos votantes no PSOE sejam antigos abstencionistas. Olhando para o quadro 5, essa hipótese afigura-se verosímil. Reflecte a origem ideológica dos abstencionistas entre 1986 e 2004⁵. O quadro contém sete categorias criadas a partir de uma escala ideológica de um (extrema-esquerda) a dez (extrema-direita)⁶.

Quadro 5 > Origem ideológica dos abstencionistas

	1986	1989	1993	1996	2000	2004
Extrema-esquerda	7,8	6,3	4,9	8,5	7,9	4
Esquerda	17,3	18,5	18,8	27,2	25,2	16
Centro-esquerda	12,2	13,4	14,6	20,5	17,1	22
Centro-direita	4,5	3,1	4,9	2,7	5,7	5
Direita	3,5	4,7	4,0	3,5	3,0	5
Extrema-direita	1,3	0,4	0,4	1,1	0,7	2
Sem ideologia	53,5	53,5	52,4	36,4	40,1	44

Fonte: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Em termos gerais, os dados realçam que, em Espanha, a abstenção tem um pendor marcadamente de esquerda. Nos cinco inquéritos pós-eleitorais, os abstencionistas provinham em maior medida de posições da esquerda do que da direita. Contudo, destacam-se dois períodos antes das eleições de 2004: 1986-1993 e 1996-2000. No primeiro, de entre aqueles que decidiram não participar nas eleições, o grosso é composto por indivíduos que não declararam pertença ideológica; em 1986 e 1989,

53 por cento dos abstencionistas eram oriundos desse grupo e, em 1993, correspondiam a 52 por cento. Em segundo lugar, a abstenção nutre-se dos espaços ideológicos de esquerda. O somatório das três categorias – a extrema-esquerda, a esquerda e o centro-esquerda – revela que do total de abstencionistas 37 por cento vinham da esquerda em 1986, 38 por cento em 1989 e o 38 por cento em 1993. Do total de indivíduos que não votaram nas eleições subsequentes, apenas 9 por cento em 1986 e 1993 e 8 por cento em 1989 eram de extrema-direita, direita ou centro-direita.

No segundo período, o cenário torna-se ainda mais desolador para a esquerda. Em 1996, 56 por cento dos abstencionistas situavam-se à esquerda (quer fosse extrema-esquerda, esquerda ou centro-esquerda). De entre os indivíduos que optaram por não votar nesses escrutínios, são mais numerosos aqueles que se agregam à esquerda do que aqueles que não declaram nenhuma ideologia, com 40 por cento dos abstencionistas. A direita continua a ocupar uma posição marginal entre os abstencionistas: só sete por cento deles provinham deste segmento ideológico. Nas eleições de 2000, metade dos abstencionistas (50 por cento) continuava a declarar-se de esquerda: oito por cento provinham da extrema-esquerda, 25 por cento da esquerda e 17 por cento do centro-esquerda. Tendo em conta que nestas eleições foi declarada uma taxa de abstenção de 11 por cento, os partidos de esquerda podiam ter obtido nas últimas eleições gerais mais cinco pontos percentuais de votos se tivessem conseguido conquistar o seu potencial eleitorado. Ao invés, a direita representava apenas nove por cento dos abstencionistas. A mobilização desses cidadãos por parte do PP ter-lhes-ia permitido ganhar pouco menos de um ponto percentual de votos, ou seja um por cento.

As eleições de 2004 representam um período intermédio. No presente escrutínio, 42 por cento dos abstencionistas vinham da esquerda, tendo menos peso no total de abstencionistas do que as pessoas que não declararam pertença ideológica. Tudo indica que a esquerda se mobilizou em 2004, embora a abstenção tenha mantido a sua tendência em alta.

OS NOVOS VOTANTES NO PSOE SÃO ELEITORES QUE EXERCEM PELA PRIMEIRA VEZ O SEU DIREITO DE VOTO

Com um recenseamento eleitoral cifrado em 34,5 milhões de pessoas, as eleições de 14 de Março constituíram o primeiro acto eleitoral para um grupo de cerca de dois milhões de jovens, ou seja aqueles que completaram 18 anos depois de 2000. De todas as Comunidades Autónomas, a Andaluzia é a que conta com o maior número de cidadãos a estrear-se nas urnas. A vitória socialista poderia perfeitamente sustentar-se na votação dos novos eleitores. O inquérito pós-eleitoral não permite identificar os novos votantes, mas torna possível saber o sentido de voto dos jovens entre 18 e 22 anos. Os dados revelam que a metade desses jovens votou no PSOE, contra 18 por cento que optaram pelo PP, invertendo-se assim a tendência em relação às eleições de 2000, nas quais houve mais votação jovem entre populares do que entre socialistas.

OS NOVOS VOTANTES NO PSOE SÃO ANTIGOS VOTANTES OU VOTANTES POTENCIAIS DA IU (ESQUERDA UNIDA)

Nestas eleições, a IU perdeu um pouco mais de 100 mil votos (um ponto percentual), num escrutínio cuja taxa de participação se elevou em mais de oito pontos. Consequentemente, é possível que o PSOE tenha beneficiado do apoio de antigos votantes da IU. Outra das chaves da vitória socialista encontrar-se-ia então no «voto útil» de eleitores situados à esquerda do PSOE. O aumento da votação estratégica poderia ser uma resposta ao compromisso de Zapatero, segundo o qual não governaria sem uma maioria eleitoral. Porém, não é certo que esta hipótese se confirme, visto o PSOE ter regredido ligeiramente na extrema-esquerda: se em 2000 contava com o voto de 55 por cento dos cidadãos de extrema-esquerda, em 2004 recuou para 53 por cento.

OS NOVOS VOTANTES NO PSOE SÃO VOTANTES FLUTUANTES

Por fim, o voto de eleitores flutuantes pode igualmente ter contribuído para o triunfo socialista. Ao longo destes anos, o PSOE foi perdendo o apoio de uma parte dos votantes do centro (o nível 5, tecnicamente equivalente ao centro-esquerda) que deram o seu voto ao PP. Os eleitores centristas podem perfeitamente ter alterado a sua opção de voto sem passar por um período transitório de abstenção, pois, se bem que tenham votado nos populares em escrutínios anteriores, as suas posições ideológicas são, em termos gerais, mais próximas das do PSOE que do PP. Os dados revelam ser precisamente no centro (nível 5) que se produz o aumento mais significativo do PSOE. Enquanto, em 2000, o PP era o partido mais votado pelo centro-esquerda, 54 por cento contra 26 por cento a favor do PSOE, em 2004 o PSOE colocou-se na primeira posição, contando com 43 por cento dos votos contra 21 por cento que apoiaram o PP.

Afigura-se possível que o PSOE tenha conseguido ir buscar votos pelo menos entre os antigos abstencionistas, os novos eleitores e os votantes flutuantes. Quais os factores que permitem explicar a mobilização em prol do PSOE? Nos dias posteriores às eleições, algumas vozes clamaram o facto de a

vitória socialista responder ao desejo de castigar o PP. Mas, o «voto de castigo» não se baseia somente naquilo que o PP fez. Os eleitores que viram as costas ao partido no Governo, quer deixando de votar nele quer despertando da abstenção, fazem-no

impelidos por um juízo contraditório, isto é, procurando saber com quem teriam estado ou estariam melhor. Num estudo, já clássico, relativo ao comportamento eleitoral nos Estados Unidos, Morris Fiorina mostrou a constância na correlação entre as avaliações retrospectivas feitas à gestão dos governos e as expectativas quanto ao partido mais bem preparado para enfrentar o futuro, fazendo incidir ambas as considerações na probabilidade de se votar no partido no poder⁷. De igual modo, o juízo contraditório a

CABE ATRIBUIR A MOBILIZAÇÃO A FAVOR DO PSOE NÃO SÓ AO DESCONTENTAMENTO EM RELAÇÃO AO GOVERNO PP, COMO À CONVICÇÃO DE QUE AS COISAS TERIAM CORRIDO MELHOR COM UM EXECUTIVO SOCIALISTA.

propósito de como teria agido ou agiria outro partido à frente do governo dá conta da votação no PSOE durante o seu mandato⁹. Por conseguinte, cabe atribuir a mobilização a favor do PSOE não só ao descontentamento em relação ao Governo PP, como à convicção de que as coisas teriam corrido melhor com um executivo socialista. Se é explícito ou não, esse é o raciocínio subjacente ao processo de punir os governos. Para ficar pior, uma pessoa não altera o seu sentido de voto.

A mobilização a favor do PSOE produziu-se, com altos e baixos, durante toda a legislatura. Trata-se de um processo que vem de trás, e que se acelerou durante a campanha. Os inquéritos realizados durante o período da campanha pelo Instituto Opina corroboram esta afirmação. Durante os dez primeiros dias de campanha, diversos indicadores mostraram que, em termos gerais, o PSOE avançava à medida que o PP retrocedia. Entre 26 de Fevereiro e 7 de Março, a intenção de voto a favor do PP desceu um ponto e meio e a do PSOE aumentou na mesma proporção. No primeiro dia de

campanha, 37 por cento dos inquiridos aprovavam a gestão de Zapatero. Nos dias seguintes, as apreciações positivas acerca do líder socialista aumentaram quatro pontos, enquanto Rajoy estancava nos 39 por cento, aqueles que aprovavam a sua gestão. Nunca se saberá ao certo qual teria

COM O LEMA «MERECEMOS UMA ESPANHA MELHOR», O PSOE DESENVOLVEU A SUA CAMPANHA EM TORNO DE DOIS PILARES: UM LÍDER NOVO E UM PROGRAMA DE GOVERNO ATRACTIVO PARA DISTINTOS QUADRANTES DA SOCIEDADE.

sido o resultado se não tivesse acontecido o terrível atentado, mas existem elementos da campanha que nos deixam alguma margem para pensar que a recuperação do PSOE se teria igualmente verificado, ainda que provavelmente não tivesse sido em idêntica medida, como ocorreu nos quatro últimos dias.

Com o lema «Merecemos uma Espanha melhor», inspirado no *slogan* do Partido Trabalhista em 1997, o PSOE desenvolveu a sua campanha em torno de dois pilares: um líder novo e um programa de Governo atractivo para distintos quadrantes da sociedade. Como em poucas ocasiões, a campanha girou à volta do líder. Foi uma campanha muito personalizada, de carácter quase presidencial. O *slogan* «ZP» (Zapatero Presidente) comprova-o bem. Centrando a campanha na pessoa do candidato à presidência, o PSOE amortecia os problemas derivados da sua estrutura federal, e, dessa forma, bloqueava a linha de ataque do PP, ou seja, a falta de coesão interna. O PSOE deixava de ser «a casa das embrulhadas», parafraseando a caracterização feita pela ministra dos Assuntos Externos, Ana Palacio, e transformava-se, por uns dias, num partido com um Presidente em potência. Na medida em que as tensões internas do PSOE não se iriam resolver de um dia para o outro, fazer arcar Zapatero com o peso quase todo da campanha constituía provavelmente a única saída perante as insistentes investidas do PP.

É nesta mesma perspectiva que convém interpretar dois acontecimentos cruciais da pré-campanha e da campanha socialista. Primeiro, a exigência feita por Zapatero ao líder de PSC, Pasqual Maragall, no intuito de forçar a demissão de Carod Rovira, o dirigente da

ERC, recém-chegado ao Governo tripartido de esquerda, quando vêm a lume os seus contactos com a organização terrorista ETA. Segundo, a promessa de Zapatero no sentido de formar, em caso de vitória, um governo unicolor graças a uma maioria de votos. Por essa via, o líder socialista não só apelava à coordenação dos votantes progressistas em torno do partido forte da esquerda, como também manifestava o seu compromisso em não entrar no jogo das concessões quanto ao modelo de Estado em troca do apoio de partidos nacionalistas⁹. Zapatero matava assim dois coelhos de uma só cajadada: o Governo saído das urnas não ficaria hipotecado nem pelo flanco à sua esquerda, nem pelo flanco nacionalista. Teria de ser um governo moderado e integrador. No entanto, a campanha presidencialista de Zapatero também permitia dar respostas a outras preocupações, e, muito especialmente, às vezes que, durante a legislatura, insistiram em dizer que o PSOE não contava com uma equipa suficientemente sólida. Durante uns dias, o líder socialista converteu-se no rosto quase exclusivo do partido, ao mesmo tempo que arrastava a voragem eleitoral de políticos, académicos e outros peritos alheios ao aparelho do partido. Zapatero criou um comité de notáveis, no seio do qual se encontravam ex-ministros socialistas, como Pedro Solbes ou Carmen Alborch, bem como o responsável pelo programa económico, Miguel Sebastián. O dito comité não era constituído como um governo sombra, mas antes como um viveiro onde se iriam buscar alguns nomes em caso de vitória. Além disso, o líder de PSOE colocou a Catedrática de História Política, Mercedes Cabrera, no segundo lugar das listas para Madrid.

O outro pilar da campanha do PSOE foi a apresentação de um programa de Governo bastante atractivo, visto apresentar diversas virtudes. Primeiro, dava resposta aos problemas essenciais percebidos pelos espanhóis, como sejam a habitação, a insegurança dos cidadãos, os maus-tratos às mulheres. Segundo, o programa iludia o dilema de saber se o PSOE se devia deslocar para o centro ou para a esquerda, procurando encadear um conjunto de propostas, sensibilidades e interesses diferentes. O PSOE comprometia-se em relação a uma política ortodoxa de crescimento económico e contenção das despesas, mas o modelo económico devia ser acompanhado de (e, sobretudo, desembocar em) políticas sociais que não fossem meras transferências, mas antes tivessem um efeito dinamizador sobre a economia e a sociedade. Entre elas, era dada uma primazia muito especial à educação. Setenta e seis por cento dos espanhóis consideravam positivo o facto de o PSOE ter por objectivo prioritário a melhoria da educação¹⁰. Os seus instrumentos seriam sobretudo a melhoria da produtividade e o combate à fraude fiscal. Ambos os objectivos permitiriam maiores receitas sem ser necessário aumentar a carga fiscal. Terceiro, Zapatero comprometia-se a mudar o estilo de governação, passando a governar com maior transparência. Nesta promessa genérica cabiam propostas como a reforma para tornar neutral a RTVE.

Do centro ou da esquerda, podia-se concordar mais ou menos com o programa socialista. O votante do centro não teria de pagar mais impostos. Mas ganhando e

cumprindo-se as promessas, poderia contar não só com melhores serviços, mas também com um melhor funcionamento das regras da democracia. Pelo seu lado, o votante de esquerda, inclusive aquele que via com receio o programa económico, poderia perceber diferenças ideológicas em relação ao PP. Esse matiz ideológico poderia tirá-lo da abstenção ou levá-lo a votar estrategicamente no PSOE.

CONCLUSÕES

As eleições de 14 de Março foram, num certo sentido, excepcionais. Não sendo o primeiro escrutínio posterior a um atentado, o certo é que nenhum ataque terrorista em plena campanha eleitoral foi alguma vez tão sangrento como o 11-M. Além disso, foi a primeira vez na história eleitoral da democracia espanhola que um partido com maioria absoluta no Parlamento perdia sem apelo nem agravo nas urnas, sendo empurrado para a oposição. Nesse sentido, as recentes eleições marcaram o início de uma nova etapa; mudou o sinal político do partido no Governo e encerrou-se um período de maioria absoluta.

Nunca saberemos o que teria sucedido sem a carnificina terrorista. Nunca saberemos com exactidão se o PSOE teria obtido os mesmos resultados eleitorais sem se dar um ataque ou o 11-M. No entanto, as eleições europeias de Junho de 2004 voltaram a dar a vitória eleitoral aos socialistas. E naquela ocasião não houve atentados.

O Governo do PP foi perdendo popularidade ao longo da legislatura 2000-2004: as apreciações positivas do Executivo e a intenção de voto no partido desceram. Houve claramente um desgaste do Governo. O descontentamento era latente. Ao mesmo tempo, foi sendo cada vez maior o número de espanhóis que mostraram a sua intenção de votar nos socialistas. No início de 2004, os cidadãos preferiam um governo com Zapatero a um governo com Rajoy. Os espanhóis queriam outro governo com outro presidente, porém as suas opiniões acerca do partido socialista não eram tão boas como as que tinham acerca do seu líder.

A campanha socialista conseguiu, em certa medida, inverter tais valorações. O partido enveredou por uma campanha presidencialista. Sobre os ombros de Zapatero recaiu quase todo o peso da mesma, e o líder socialista soube arrastar neste processo um grupo de personalidades com quem poderia contar caso ganhasse. O dilema de muitos espanhóis, divididos entre a vontade de mudança política e a incerteza acerca do partido que a devia liderar, resolveu-se a favor da renovação. Para isso haveria de contribuir a campanha de Zapatero. E também é provável que o 11-M, consubstanciado no dia de terror de 11 de Março, tenha tido uma quota-parte. R1

TRADUÇÃO: PATRÍCIA ROMAN

NOTAS

¹ «Coordinación por choque», in *El País*, 18 de Março de 2004.

² Outra hipótese vai no sentido de se pensar que os serviços de inteligência espanhóis não informaram o Governo.

³ Maravall, José María, *El control de os políticos*, Taurus, Madrid, 2003.

⁴ Sánchez-Cuenca, Ignacio, Barreiro, Belén, *Los efectos de la acción de Gobierno em el voto durante la etapa socialista*, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid, 2000.

⁵ Qualificam-se de «abstencionistas voluntários» os indivíduos que decidiram não se deslocar às urnas, distinguindo-os daqueles que foram mas não puderam votar e daqueles que não foram por não poderem. Estes dois grupos agruparam os cidadãos que participam, uma vez que o objectivo do trabalho consiste em determinar o perfil e as características dos que não querem votar, não daqueles que não podem, e que, em princípio, não há razão para distinguir daqueles que participam.

⁶ Estas categorias correspondem às seguintes posições na escala ideológica: extrema-esquerda, 1 e 2, esquerda, 3 e 4, centro-esquerda, 5, centro-direita, 6, direita, 7 e 8, e extrema-direita, 9 e 10.

⁷ Morris, Fiorina, *Retrospective Voting in American National Elections*, Yale University Press, New Haven, 1981.

⁸ Sánchez-Cuenca, Ignacio, Barreiro, Belén, *Los efectos de la acción de Gobierno em el voto durante la etapa socialista*, op. cit.

⁹ Esta é a interpretação dada por Patxo Unzueta no seu artigo «Lo que hizo Felipe y lo que hace Zapatero», in *El País*, 12 de Fevereiro de 2004.

¹⁰ Instituto Opina, Janeiro de 2004.

